



-----ACTA 24/2011-----

-----Da Reunião Extraordinária de 28 de Dezembro de 2011----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, na sala de reuniões do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, José Carlos Silva, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo dezassete horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos: UM- Revogação da Deliberação de Câmara de dezanove de Dezembro de dois mil e onze, referente ao ponto nove, (apreciação e Aprovação da Proposta de emissão de Parecer Prévio Favorável para aquisição de serviços de "Desenvolvimento da componente de apoio à Família nas Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Pré-Escolar durante o segundo período lectivo de dois mil e onze/dois mil e doze).--

-----Dois - apreciação e Aprovação da Proposta de Contratação em Prestação de Serviços de Técnicos para a Componente de Apoio à Família.-----

-----Pela Senhora Vereadora Maria de Fátima Pina foi apresentada a proposta que abaixo se transcreve, tendo a mesma sido previamente distribuída por todos os Autarcas: "Considerando o exposto no documento referente à fundamentação para a prestação de serviço destinada a Técnicos para a componente de apoio à família acompanhada da informação proveniente do gabinete jurídico, proponho a apreciação e aprovação em prestação de serviço de onze técnicos e de



assistente operacional para este serviço." -----

-----Acompanha a proposta acima transcrita, fundamentação da Autarca proponente, que se copia: "A Componente de Apoio à família é fundamental, pois além do reforço na educação pré escolar, consiste ainda numa mais valia para as famílias assegurando a permanência das crianças no espaço escolar entre as oito horas e trinta minutos e as nove horas no período da manhã, e as quinze e trinta até às dezanove e trinta no período da tarde. Este horário permite aos E. Educação desenvolver a sua actividade laboral conscientes do bem estar dos seus educandos.-

-----A Autarquia pretende intervir de forma a dar uma resposta social adequada, proporcionando a todos os alunos actividades lúdico pedagógicas e assegurando o seu acompanhamento antes e depois das actividades lectivas e/ou durante a interrupção das mesmas permitindo condições iguais a todas as crianças do Ensino Básico e Pré Escolar da rede pública do Concelho de Almeirim.---

-----Para que este serviço seja assegurado torna-se necessário a prestação de serviço de 10 técnicos para o pré Escolar e de um técnico e um assistente operacional para o 1º ciclo.-----

-----Estes técnicos e assistente técnico devem assegurar a Componente de Apoio à Família todos os dias úteis, inclusive nas interrupções lectivas nos estabelecimentos que permaneçam em funcionamento, por um período de sete horas, encerrando durante o mês de Agosto.-----

-----A Componente de Apoio à Família é um programa tem vindo a ter financiamento directo da Administração Central, mas no quadro dos actuais constrangimentos de ordem financeira que o País atravessa, não é possível a garantir que continuará no futuro. Assim, não se afigura conveniente que a respectiva contratação seja efectuada mediante o recurso à constituição de uma relação jurídica de emprego público. Por outro lado, todos os Técnicos desenvolvem as respectivas funções com grande autonomia técnica, o que igualmente reforça a não conveniência da constituição de qualquer relação de emprego público.-----

-----Por estas razões apresenta-se como mais conveniente que a



respectiva contratação seja efectuada através de procedimento de ajuste directo simplificado, com um prazo de prestação do serviço até ao final do próximo mês de Julho de dois mil e doze.-----

-----Os Técnicos cuja contratação se pretende efectuar já conhecem a realidade com que vão trabalhar porquanto foram colaboradores de empresa que já assegurou a prestação do serviço.-----

-----Não existe qualquer incompatibilidade e ou impedimento legal que obste à sua contratação.-----

-----Propõe-se o valor de mil euros para o pessoal técnico e quinhentos e cinquenta euros para o assistente operacional, estando assegurada a respectiva cabimentação orçamental.-----

-----Face aos valores de remuneração propostos, não há lugar à redução remuneratória prevista no artigo dezanove da Lei nº 55-A/2010.-----

-----Torna-se assim imperioso que estas actividades se iniciem a dois de Janeiro de dois mil e doze pelo que é de admitir que os contratos a celebrar com os prestadores de serviço possam vir a prever eficácia retroactiva à data referida, de acordo com os termos do artigo duzentos e oitenta e sete nos um e dois do CCP.

-----Assim, solicita-se a emissão do parecer prévio com vista à celebração de contratos de prestação de serviços, nos termos no nº2 do artigo 22º da Lei nº 55-A/2010 e art. 3º da Portaria nº 4-A/2011."-----

-----É apresentada declaração da Contabilidade, comunicando que a proposta de "Contratação em Regime de Prestação de Serviços de Técnicos para a Componente de Apoio à Família", está prevista a sua cabimentação no Orçamento para dois mil e doze, na seguinte rubrica: Orgânica SO sem Orgânica; Capítulo zero dois Aquisição de Bens e Serviços, Grupo zero dois Aquisição de serviços, Artigo vinte cinco Outros Serviços, numero zero, alínea zero. È ainda referido na declaração que a eficácia da presente declaração fica dependente da aprovação do Orçamento para dois mil e doze."-----



-----Acompanha, informação do Gabinete Jurídico, apresentada pelo Drº Vitor Batista, que se transcreve:-----

Proc. nº: s/n	Requerente:
Assunto: Aquisição de serviços. Ajustes directos.	Data:
Parecer prévio obrigatório	23.12.2011

-----INFORMAÇÃO-----

-----A Sra. Vereadora Fátima Pina elaborou Informação relativa a vários procedimentos de aquisição de serviços, por ajuste, devidamente identificados na citada Informação, tendo em vista a emissão do parecer obrigatório pela Câmara, conforme estipula o nº 2 do art. 22º da LOE 2011 e art. 3º da Port. nº 4-A/2011.-----

-----Reza o nº 2 do art. 22º da LOE:-----

-----2 - Carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação e contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito e aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis nºs 4-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:-----

a) ...-----

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.-----

3 - O parecer previsto no número anterior depende da:-----

a) ...;-----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental emitida pela delegação da Direcção-Geral do Orçamento, ou pelo IGFSS, I. P., quando se trate de organismo que integre o âmbito da segurança social aquando do respectivo pedido de autorização;-----

c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1.¹-----

4 - Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 2 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos

¹ O nº 1 do art. 22º da LOE refere-se à aplicação do art. 19º que operada a redução das remunerações.



requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número anterior, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.-----

6 - São nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem o parecer previsto nos nºs 2 a 4.-----

Por seu turno, o pedido de parecer obedece ao estabelecido no art. 3º da Port. nº 4-A/2011:-----

1 - Antes da decisão de contratar, o dirigente máximo do órgão ou serviço solicita aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública a emissão de parecer.-----

2 - O pedido de parecer é instruído com os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objecto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir;-----

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pela delegação da Direcção-Geral do Orçamento, ou pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., quando se trate de organismo que integre o perímetro da segurança social aquando do respectivo pedido de autorização;-----

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;-----

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;-----

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face



ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objecto e ou contraparte.--

3 - ...-----

4 - ...-----

-----A Informação refere expressamente os trabalhos a prestar e que os mesmos não revestem natureza de trabalho subordinado, pelo que se torna inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação de emprego público, junta documentos comprovativos do cabimento orçamental e declaração relativa à não aplicação da redução remuneratória imposta pelo art. 19º da LOE 2011.-----

-----Concluímos, assim-----

---A Informação satisfaz os requisitos legais, pelo que poderá ser emitido pela Câmara o parecer o indispensável parecer prévio em sentido favorável."-----

-----A Srª Vereadora Fátima Pina distribuiu por todos os Autarcas, listagem de técnicos a contratar, como segue: Luís Miguel Barcelos, Ana Inês Correia Nunes, Sofia Pereira Morgado, Dina Isabel da Costa Trindade Galão, Luisa Maria Marques Centeio, Ligia Tomé Rodrigues das Neves Maia, Teresa Paula Teles de Aquino Paour Magalhães, Inês Isabel Puga Marques, Susana Bento Gonçalves Tomé, Patrícia Isabel Roxo Serra Freitas, Maria Otilia Henriques Pires, Sara Patrícia Reis da Rosa."-----

-----Postas à votação ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade.-----

-----O Senhor Presidente declarou: "A minha declaração de voto é a transcrição exacta do parecer do Dr. Vítor Baptista de vinte e três de Dezembro de dois mil e onze, que consta no processo em apreciação."-----

----- A Senhora Vereadora Fátima Pina leu a seguinte declaração de voto: "A autarquia tem assegurado o funcionamento da componente de apoio à família até às 19:30h em todos os jardins de infância do concelho, tendo este ano iniciado o apoio às crianças que frequentam o 1º ciclo. Este serviço de apoio à família tem permitido dar estabilidade e confiança aos encarregados de educação e podemos considerar que tem sido



28/12/2011
APROVADA

prioritário prestar um serviço de qualidade.-----

-----A CAF é uma responsabilidade do Município e é
comparticipada pelo Ministério da Educação de acordo com o
decreto-lei nº 144/2008."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de
Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores
Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das
senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e vinte minutos foi encerrada a
reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta,
que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica